

Nota de Repúdio do Governo da Região Autónoma do Príncipe à Entrevista da Senhora Ministra da República

O Governo da Região Autónoma do Príncipe, tomando conhecimento da entrevista da Senhora Ministra da República da Cultura, Comércio, Indústria e Turismo, do Governo Central de São Tomé e Príncipe, do passado dia 23 de março no programa “Para Frente São Tomé e Príncipe” da Rádio Nacional de São Tomé e Príncipe, vem expor o seguinte:

1. Porque entendemos que não é disto que São Tomé e Príncipe precisa, porque os assuntos de Estado devem ser tratados em fórum próprio, e porque o Príncipe, enquanto Região Autónoma, não está sujeita a relação de hierarquia perante o Governo Central, o Presidente do Governo Regional do Príncipe, José Cassandra, encontrando-se em viagem no estrangeiro para, junto dos parceiros, engajar projetos e apoios para fazer face às necessidades do Príncipe, pedirá, aquando do seu regresso ao país, com caráter de urgência, uma audiência com S. Exa. o Primeiro-Ministro, Dr. Jorge Bom Jesus, para ser apurada a gravidade dos factos em causa;

2. É com estupefação e surpresa que registamos as declarações levianas e irresponsáveis de uma titular de um Órgão de Soberania - Governo Central – contra um Governo Autónomo, democraticamente constituído, cuja intenção subjacente desconhecemos, embora intuimos, e que por razões éticas e sentido de Estado, não contribuiremos para alimentar o clima de crispação, desorientação, amadorismo político e paroquialismo serôdio inerente à mesma;

3. As declarações da Senhora Ministra da República, além de consubstanciarem um atentado ao Estado de Direito Democrático,

descredibilizam o Estado, pondo em causa a integridade do Tribunal de Contas – Órgão de Soberania – e Inspeção Geral das Finanças, demonstrando um inadmissível amadorismo para uma alta dirigente do Estado;

4. Ao imiscuir nos assuntos de um órgão autónomo ao Governo Central, a Senhora Ministra viola o dever de reserva – uma restrição à liberdade de expressão – a que está vinculada, sem noção de sentido de Estado e institucionalismo, desprestigia o Estado Santomense e contribui para disseminar a inveja, o ódio e outros valores negativos na comunidade;

5. A Senhora Ministra, sem nunca apresentar factos concretos ou aludir a provas das suas declarações, sugere que: (i) o Governo Regional do Príncipe tem um poder descomunal de condicionar o livre exercício da atividade legal e estatutária do Tribunal de Contas e da Inspeção Geral das Finanças; (ii) estas instituições são manipuláveis e, aparentemente, desonestas, ao ponto de se deixarem ludibriar pelos titulares dos órgãos do Governo e direção administrativa da Região Autónoma do Príncipe;

6. Em vez de lançar na praça pública insinuações infundadas contra instituições do Estado, o Governo Regional do Príncipe desafia a Senhora Ministra a agir em conformidade com as Leis da República e participar em sede própria junto das autoridades competentes para que estas investiguem tais acusações;

7. É desconfortante e desconcertante saber que aqueles que deveriam, com as suas ações e condutas, como representantes do Estado, na condição de ministros da república, contribuir para a defesa da integridade das instituições que servem ou representam, designadamente de um pilar tão importante do nosso Estado como é o caso da Inspeção Geral das Finanças e/ou do Tribunal de Contas, sejam os primeiros a contribuir,

com estes testemunhos, em entrevistas avulsas e irresponsáveis, para abalar a confiança das referidas instituições junto do público em geral;

8. É a própria autonomia do Tribunal de Contas que, aparentemente, é posta em causa, neste âmbito, como órgão supremo e independente de controlo externo das finanças públicas quando se afirma, publicamente, que a instituição em causa foi ludibriada pelos órgãos da administração do Governo Regional do Príncipe num contexto de auditoria da referida instituição nesta parcela do nosso território. Liberdade de expressão e opinativa não pode ser sinónimo de irresponsabilidade vacuidade argumentativa sobretudo quando se ocupa lugares de grande responsabilidade na organização do Estado;

9. Efetivamente, o Governo Regional do Príncipe e os respetivos serviços foram submetidos, nos últimos anos 10 anos, a meia dúzia de inspeções periódicas, realizadas pela Direção Geral da Inspeção das Finanças e por uma equipa do Tribunal de Contas visitou a Região Autónoma do Príncipe, no âmbito do cumprimento das suas obrigações, de controlo das finanças públicas, nesta parcela do nosso arquipélago;

10. Continuaremos a pautar a nossa conduta, como representantes do povo, no contexto regional, na defesa da responsabilidade e do aprofundamento democrático, da equidade, da ética e difusão de outros valores nobres, em prol dos legítimos interesses das várias gerações da nossa comunidade; e aproveitamos a oportunidade para agradecer a todos aqueles que nos contactaram, direta ou indiretamente, residentes ou não residentes na ilha do Príncipe, para manifestar a indignidade perante tão infame e incompreensível ataque ao Governo da Região Autónoma do Príncipe, e encorajamos os mesmos, de acordo com esta mesma conduta, que ajudem a Senhora Ministra assumir uma agenda própria para a Nação

e cumprir com dignidade a sua função de representante do Governo da República.

Ilha do Príncipe, 27 de março de 2019

Pelo Governo da Região Autónoma do Príncipe